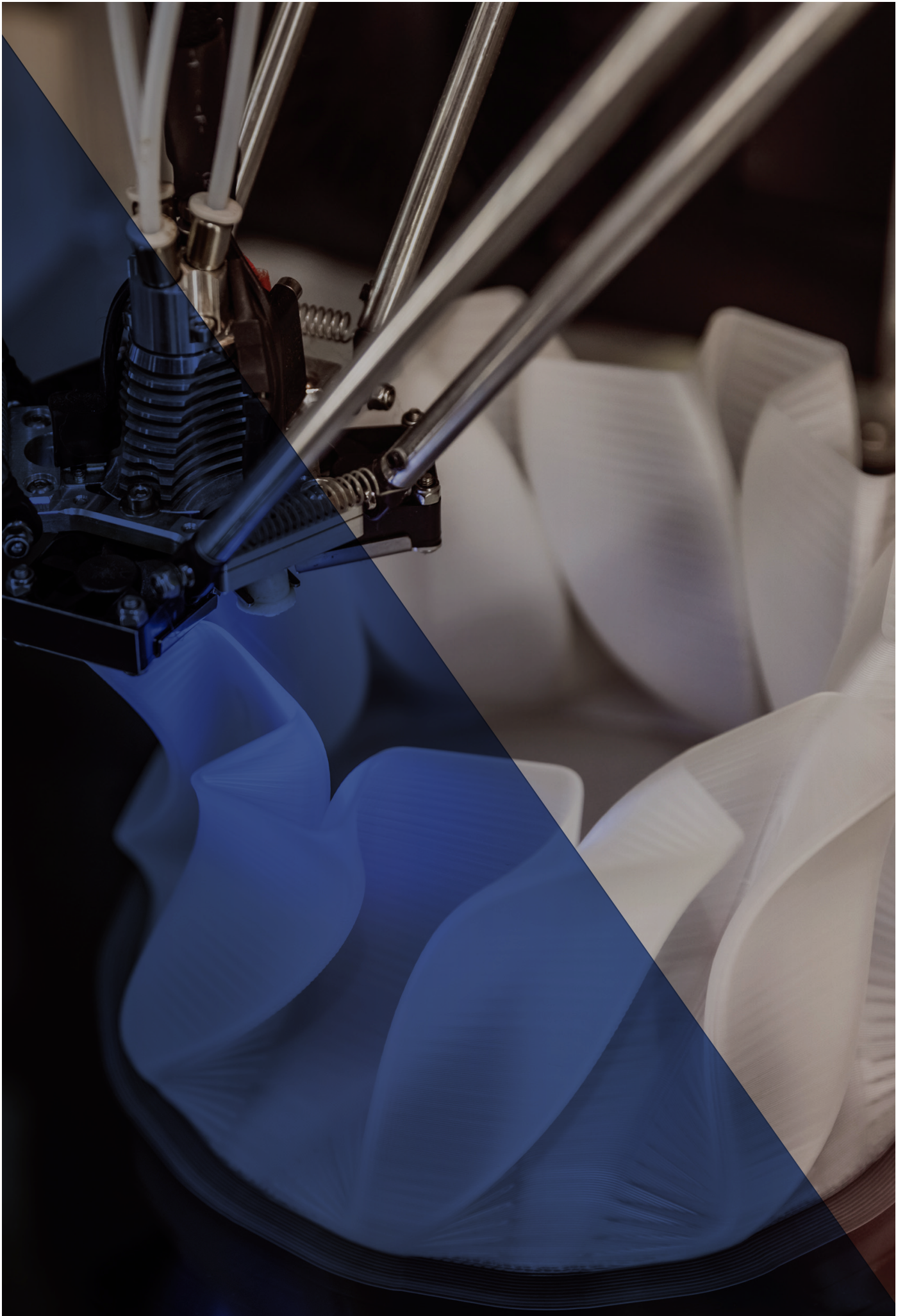


Prioridades da CIP para a **Europa**

CIP priorities
for **Europe**



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL



Índice

1. Investir numa Europa mais coesa e mais inovadora	6
2. Melhorar a dimensão social para promover a criação de emprego	8
3. Aprofundar a União Económica e Monetária	10
4. Completar o Mercado Único em todas as suas dimensões	12
5. Avançar com uma política comercial global e ambiciosa	14
6. Colocar a competitividade no centro de uma nova estratégia industrial para a Europa	16
7. Vencer o desafio do Brexit	20

Index

1. Investing in a more cohesive and innovative Europe	6
2. Improving the social dimension to promote job creation	8
3. Deepening Economic and Monetary Union	10
4. Completing the Single Market in all its dimensions	12
5. Moving forward with a comprehensive and ambitious trade policy	14
6. Putting competitiveness at the heart of a new industrial strategy for Europe	16
7. Winning the Brexit challenge	20



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Nov. 2017



Prioridades da CIP para a Europa

A CIP reafirma o seu compromisso com a União Europeia, no momento em que se debate o futuro da Europa, num contexto ainda marcado pelos efeitos de uma crise económica profunda e sob o risco de emergência de forças que encorajam a adoção de respostas nacionais conflitantes a desafios que são comuns.

A UE deve ser o lugar onde encontramos respostas comuns a desafios comuns.

Melhorar e adaptar o projeto europeu é um processo contínuo. O empenho dos líderes europeus e nacionais em avançar é estimulante e a Agenda dos Líderes apresentada pelo Presidente Tusk fornece um cronograma claro, focando áreas prioritárias para a UE.

Temos de nos manter unidos no nosso projeto comum, para construir uma Europa próspera, forte, coesa e unida em torno da competitividade. Mesmo que compreendamos a necessidade de permitir avanços por parte dos Estados-membros que querem cooperar mais profundamente em alguns domínios, tais soluções não poderão, em nenhum caso, prejudicar o funcionamento do nosso mercado único.

A União Europeia, como um todo, pela sua dimensão e pelos confortáveis excedentes externos que gera, tem a possibilidade e a responsabilidade de estimular o investimento através de uma estratégia macroeconómica global coerente, nas suas vertentes estrutural, orçamental e monetária. Está, presentemente, a desperdiçá-la, abdicando da força que lhe confere a sua dimensão e das vantagens que lhe proporcionaria uma verdadeira união económica.

A crise trouxe com ela a divergência no desempenho económico entre os Estados-membros. Para que a União Europeia funcione bem como um todo, precisamos de uma convergência muito maior das nossas economias. Para que a Europa permaneça

unida, os cidadãos europeus têm que ter plena noção que a prosperidade futura de todos e cada um de nós depende do sucesso de uma construção comum, que a todos beneficia. Por outras palavras, isso significa que a coesão económica e social é um pré-requisito para a coesão política. Por isso, a política de coesão, que permanece a principal política de investimento da EU, tem de ser reforçada e melhorada.

As empresas, como principais criadores de empregos e crescimento, têm um papel central a desempenhar no projeto europeu. Para potenciar esse papel, a Europa precisa criar um ambiente atrativo para a competitividade e a inovação empresarial, libertando-se do peso de regulamentação desnecessária e demasiado onerosa, dos elevados preços da energia e de outros fatores que tornam excessivos os custos da atividade empresarial na Europa, especialmente para as PME.

A comunidade empresarial portuguesa partilha perspetivas comuns sobre os desafios da Europa e está empenhada em reunir consensos sobre o essencial que nos une, na nossa missão de defender o crescimento e a competitividade a nível europeu, fazendo ouvir a voz das empresas do nosso país nas questões que mais influenciam o seu desempenho.

Apresentamos, pois, as prioridades que definimos para uma Europa mais coesa e mais próspera:

1. Investir numa Europa mais coesa e mais inovadora
2. Melhorar a dimensão social para promover a criação de emprego
3. Aprofundar a União Económica e Monetária
4. Completar o Mercado Único em todas as suas dimensões
5. Avançar com uma política comercial global e ambiciosa
6. Colocar a competitividade no centro de uma nova estratégia industrial para a Europa
7. Vencer o desafio do Brexit



CIP priorities for Europe

CIP reaffirms its commitment with to the European Project at a moment when the debate on the future of Europe is still marked by the effects of a profound economic crisis and the risk of emergence of forces which encourage the adoption of conflicting national responses.

The EU must be the place where we find common answers to common challenges.

Improving and adapting the European project is a continuous process. We are glad we see the commitment of EU and national leaders to moving forward, and the Leaders' agenda presented by President Tusk provides a clear timeline, focusing on priority areas for the EU.

We must remain United in our common Project to build a prosperous, strong, cohesive and competitive Europe. Even though we understand the need to allow Member States who want to cooperate more deeply in some areas to move forward, at no time should this hamper the good functioning of our single market.

The European Union as a whole, by its size and by its comfortable external surpluses, has the possibility and the responsibility to stimulate investment through a coherent overall macroeconomic strategy, at a structural, budgetary and monetary level. It is, at the present time, wasting it, by not making use of its strength and size and the advantages that a true economic union would bring.

The crisis brought with it divergence in the economic performance between Member States. For the European Union to function well as a whole, we need a much greater convergence of our economies. And to stand together, all European citizens have to understand that the future

prosperity of each and every one of us depends on the success of a common construction that benefits everyone. In other words, it means that economic and social cohesion are a prerequisite to political cohesion. Therefore, cohesion policy, which remains the EU's main investment policy, has to be strengthened and improved.

Companies, as main creators of jobs and growth, have a central role to play in the European project. To enhance this role, Europe must create an attractive environment for competitiveness and business innovation, eliminating unnecessary and overly expensive regulation, reducing high energy prices and addressing other factors which make the costs of doing business excessively high, especially for SMEs.

The Portuguese business community shares common viewpoints on the challenges Europe faces and is committed to building consensus on the essential issues that bring us together. In fulfilling our mission to defend growth and competitiveness at a European level, we want to make the voice of Portuguese companies heard on the issues which most influence their performance.

We therefore present the priorities we have set out for a more cohesive and more prosperous Europe:

- 1.** Investing in a more cohesive and innovative Europe
- 2.** Improving the social dimension to promote job creation
- 3.** Deepening Economic and Monetary Union
- 4.** Completing the Single Market in all its dimensions
- 5.** Moving forward with a comprehensive and ambitious trade policy
- 6.** Putting competitiveness at the heart of a new industrial strategy for Europe
- 7.** Winning the Brexit challenge

1.

Investir numa Europa mais coesa e mais inovadora

Uma Europa coesa é fundamental para o correto funcionamento da União Europeia, e da zona Euro em particular. Só numa Europa coesa será possível os mecanismos comuns funcionarem de forma adequada, e só com ciclos económicos alinhados poderão as decisões do Banco Central Europeu ter um impacto adequado em todos os membros da zona Euro.

O próximo quadro comunitário plurianual pos-2020 deverá, assim, assegurar a sua contribuição para uma Europa mais coesa, continuando a fomentar o desenvolvimento das diferentes regiões europeias, de forma a uma maior convergência dos diferentes territórios. Deverá também ser reformado e modernizado, de forma a responder aos novos desafios e preparar a União Europeia para a próxima década, apostando na inovação, digitalização da economia, em grandes infraestruturas de transporte, energia e comunicação.

- O Quadro Comunitário pós-2020 deverá assegurar um financiamento adequado da política de coesão, bem como reforçar a sua aposta em pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- A política de coesão deverá, no entanto, ser reformada de forma a melhorar cada vez mais o seu funcionamento e eficiência.
- Em particular, será necessário simplificar o seu funcionamento e sistema de controlo; reduzir, simplificar e padronizar o corpo das regras e diretrizes da política; unificar, ou pelo menos harmonizar, os vários fundos; reforçar a abordagem integrada; ampliar o uso das plataformas e-Cohesion; com o objetivo de facilitar o uso dos fundos disponíveis.
- A definição das metas de desempenho dos projetos financiados pelos FEEI deverá favorecer uma maior

1.

Investing in a more cohesive and innovative Europe

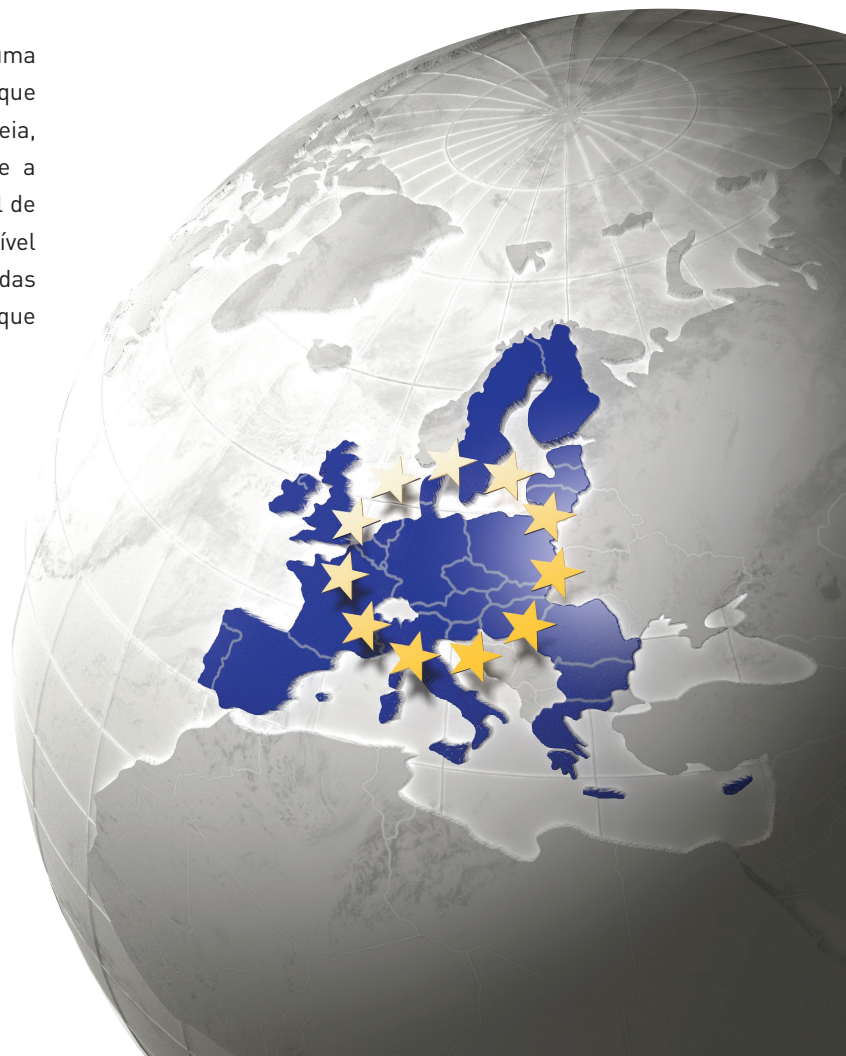
A cohesive Europe is fundamental for the proper functioning of the European Union, and of the Eurozone in particular. Only in a cohesive Europe will it be possible for the common mechanisms to function properly, and only by aligning economic cycles can the decisions of the European Central Bank adequately impact on all members of the euro zone.

The multiannual financial framework (MFF) post-2020 should ensure its contribution to a more cohesive Europe by continuing to foster the development of all territories and achieve greater convergence of European regions. It should also be reformed and modernized in order to respond to the new challenges and prepare the European Union for the next decade, focusing on innovation, digitization of the economy, and large infrastructures on transport, energy and ICT.

- The next MFF must ensure adequate funding for cohesion policy, as well as strengthen its focus on research, development and innovation.
- Cohesion policy must, however, be reformed in order to further improve its functioning and efficiency.
- In particular, it will be necessary to simplify its operation and control system; reduce, simplify and standardize the body of policy rules and guidelines; unify, or at least harmonize, the various funds; strengthen the integrated approach; expand the use of e-Cohesion platforms; all these with the aim of facilitating the use of available funds.
- Setting performance targets for the Structural and Investment funded projects should encourage greater risk-taking and prevent exogenous factors such as macroeconomic conditions and currency fluctuations from penalizing beneficiaries. Targets should focus on the merits of projects and take into account the emergence of factors beyond the control of project promoters.

assunção de riscos e impedir que fatores exógenos, como as condições macroeconómicas e as flutuações cambiais, penalizem os beneficiários. As metas deverão focalizar-se nos méritos dos projetos e ter em conta a emergência de fatores fora do controlo dos promotores dos projetos.

- É igualmente importante que a política de coesão incentive as regiões a desenvolver as suas competências em sectores-chave, apostando na inovação nos seus respetivos campos de especialização, de forma a serem capazes de se integrar em cadeias de valor global, ajudando também a fortalecer a colaboração transfronteiriça e transnacional em áreas específicas.
- Neste sentido, será também fundamental manter uma política aberta a nível dos sectores e das empresas que cobre. A ideia, muito defendida pela Comissão Europeia, de limitar o acesso aos fundos às PME esquece a importância de empresas de maior dimensão a nível de desenvolvimento local, de capacidade de inovação a nível de tecnologia e técnicas, que são também transferidas para as várias PME que surgem em torno destas e que beneficiam destes ecossistemas de negócio.
- It is also important that cohesion policy encourages regions to develop their competencies in key sectors, focusing on innovation in their respective fields of expertise, so as to be able to integrate into global value chains, while also helping to strengthen cross-border and transnational collaboration in specific areas.
- In this sense, it will also be essential to maintain a policy open to sectors and companies of different sizes. The European Commission's idea of funding only SMEs neglects the importance of larger enterprises in terms of local development, technological and technical innovation capacity, which create an ecosystem that benefits SMEs.



2.

Melhorar a dimensão social para promover a criação de emprego

Os desafios que a Europa enfrenta obrigam à conjugação de políticas económicas e sociais.

Tal significa que a dimensão social deve ser concebida como parte de uma estratégia global da União Europeia com vista a fomentar o aumento da competitividade das nossas economias, o crescimento, a criação de emprego e a coesão social em toda a Europa.

Transformar a dimensão social das políticas europeias num Pilar Europeu dos Direitos Sociais não constitui uma abordagem correta, sobretudo tendo em conta que existe já um extenso acervo legislativo comunitário bem desenvolvido e consolidado, abrangendo mais de 70 Diretivas que protegem os trabalhadores.

O principal desafio ao qual o Pilar Social devia responder é o de encontrar formas de aumentar a apropriação das reformas ao nível nacional e da União Europeia, sem pôr em causa a capacidade de enfrentar os desafios estruturais.

As prioridades mais prementes em matéria social e de emprego dizem respeito à necessidade de criar um quadro ao nível europeu que estimule a promoção de parcerias entre os principais atores para o desenvolvimento de reformas que visem a modernização dos mercados de trabalho, dos sistemas de educação e formação profissional e, ainda, dos sistemas de proteção social.

É na criação deste quadro que a Comissão Europeia deve envidar e concentrar os seus esforços.

Para combater o flagelo do desemprego, e em especial, o desemprego jovem e o desemprego de longa duração, a Europa precisa de mais emprego, não de mais medidas legislativas ao nível europeu que possam prejudicar as

2.

Improving the social dimension to promote job creation

The challenges that Europe faces require the combination of economic and social policies.

This means that the social dimension must be conceived as part of a comprehensive European Union strategy to foster competitiveness, growth, job creation and social cohesion across Europe.

Turning the social dimension of European policies into a European Pillar of Social Rights is not the right approach, especially since there is already a large, well-developed and consolidated *aquis communautaire*, covering more than 70 Directives protecting workers.

The main challenge to be addressed by the Social Pillar is finding ways to increase ownership of reforms at national and EU level, without undermining the capacity to address structural challenges.

The most pressing social and employment priorities are the need to create a common framework that encourages the promotion of partnerships between the main players of reforms aimed at modernizing labor markets, vocational training, as well as social protection systems.

The European Commission must focus and concentrate its efforts on creating this common framework.

In order to combat the scourge of unemployment and, in particular, young and long-term unemployment, Europe needs to focus on creating more employment, not more legislative measures at European level that could undermine national reforms to promote more jobs.

In this area, national competences must be respected, as well as the autonomy of the social partners at both

reformas nacionais que promovam a criação de mais emprego.

Neste domínio, as competências nacionais devem ser respeitadas, bem como a autonomia dos parceiros sociais, tanto ao nível nacional como europeu, para encontrarem soluções equilibradas para os problemas que enfrentam nos mercados de trabalho.

Qualquer tentativa de harmonização forçada criará divisões e afastará os cidadãos do projeto europeu.

national and European level to find balanced solutions to the problems they face in the labour markets.

Any attempt of forced harmonization will create divisions and turn away citizens from the European project.



3.

Aprofundar a União Económica e Monetária

As alterações introduzidas para melhorar a arquitetura da União Económica e Monetária contribuíram para salvaguardar a integridade da zona do euro, ameaçada pela crise económica e financeira.

No entanto, os atuais instrumentos de governação económica da União Europeia foram desenhados fundamentalmente para prevenir e corrigir elevados níveis de défice e de dívida públicos, não para responder à necessidade de um enquadramento macroeconómico mais favorável ao crescimento da zona do euro como um todo e à convergência entre as economias dos diferentes Estados-Membros que a integram. Esses instrumentos simplesmente não funcionam em relação a países que possuem finanças públicas sólidas e continuam a acumular crescentes excedentes externos.

Por outro lado, embora mais forte, a UEM ainda apresenta fragilidades e precisa de novos mecanismos que aumentem a resiliência da zona do euro a choques externos.

Sem uma coordenação mais eficaz das políticas económicas e orçamentais, os desequilíbrios macroeconómicos podem aumentar, a divergência entre os Estados-membros pode aprofundar-se e a união monetária permanecerá instável e vulnerável a novos choques.

Congratulamo-nos com o facto de estar prevista para dezembro uma Cimeira do Euro em que a UEM e a união bancária serão discutidas e do qual se espera um calendário ambicioso para as decisões a tomar.

Para responder aos desafios do relançamento económico da Europa e fortalecer a confiança no euro, é preciso aprofundar a União Económica e Monetária, nas suas diferentes vertentes, através de:

- Um Semestre Europeu mais focado numa melhor coordenação das políticas económicas nacionais e

3.

Deepening Economic and Monetary Union

The changes introduced to improve the architecture of Economic and Monetary Union have contributed to safeguarding the integrity of the euro area, threatened by the economic and financial crisis.

However, most of the current economic governance instruments of the European Union have been designed to prevent and correct high levels of government deficit and debt, not to meet the need for a more favourable macroeconomic environment to boost growth in the euro area as a whole and the convergence between the economies of the different Member States.

These instruments simply do not work for countries with sound public finances but that keep accumulating external surpluses.

Furthermore, although stronger, the EMU still reveals weaknesses and needs new mechanisms to increase the resilience of the eurozone to external shocks.

Without more effective coordination of economic and fiscal policies, macroeconomic imbalances may increase, divergence between Member States may expand and the monetary union will remain unstable and vulnerable to further shocks.

We are glad that an Euro Summit is foreseen in December where the EMU and banking union issues will be discussed and, we hope, an ambitious timeline for decisions will be agreed.

To meet the challenges of Europe's economic recovery and to strengthen trust in the euro, the EMU must be deepened in its different aspects, by:

- A European Semester which focuses on a better coordination of national economic policies and the implementation of structural reforms, notably through

na implementação de reformas estruturais, através, nomeadamente, da aplicação reforçada do mecanismo de desequilíbrios macroeconómicos, tanto nos países deficitários como nos excedentários. A competitividade empresarial deve refletir-se em crescimento económico sustentado e equilibrado e não na acumulação de excedentes externos.

- Revisão das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, por forma a que não visem apenas a procura de uma maior disciplina, mas para que concorram também para uma estratégia macroeconómica global coerente, nas suas vertentes de política estrutural, orçamental e monetária. É essencial que o Pacto de Estabilidade e Crescimento se torne mais transparente e encoraje os Estados membros na orientação das suas finanças públicas para uma composição mais favorável ao crescimento.
- Conclusão da União Bancária, nos seus três pilares, com a rápida implementação de um mecanismo comum europeu de garantia dos depósitos e de um mecanismo de segurança orçamental comum para o Fundo Único de Resolução.
- Criação de uma capacidade orçamental da área do euro, com o duplo objetivo de, por um lado, reforçar a estabilidade a longo prazo da UEM e a sua capacidade para enfrentar choques assimétricos e, por outro lado, de apoio a reformas estruturais nacionais através de acordos contratuais.
- Transformação do Mecanismo Europeu de Estabilidade num Fundo Monetário Europeu, mais autónomo dos governos nacionais em termos de tomada de decisão e capaz de apoiar uma gestão mais eficiente das dívidas soberanas.

a strengthened implementation of the Macroeconomic Imbalances Procedure in both deficit and surplus countries. Business competitiveness must lead to sustained and balanced economic growth, not to the accumulation of external surpluses.

- The revision of the Stability and Growth Pact rules, so that they not only seek greater discipline but also contribute to a coherent and comprehensive macroeconomic strategy in its structural, budgetary and monetary policy strands.
- The Stability and Growth Pact should become more transparent and encourage governments to pay more attention to the orientation of their public finances, with a more supportive orientation towards growth.
- A full Banking Union must be put in place, in its three pillars, with the rapid implementation of a European Deposit Insurance Scheme and a common fiscal backstop to the Single Resolution Fund.
- The creation of a Euro-area fiscal capacity with the dual objective of strengthening the long-term stability of EMU and its ability to handle asymmetric shocks and, on the other hand, supporting national structural reforms through contractual arrangements.
- The evolution of the European Stability Mechanism into a European Monetary Fund, more autonomous from national governments and able to support a more efficient management of sovereign debt.



4.

Completar o Mercado Único em todas as suas dimensões

O Mercado Único é o núcleo do processo de integração europeia, mas está longe de se encontrar concluído.

Para que o seu potencial possa ser plenamente alcançado, é preciso eliminar as barreiras que ainda subsistem quanto à livre circulação de mercadorias e à livre prestação de serviços, contrariar a introdução de medidas nacionais que prejudicam o seu bom funcionamento e avançar com determinação em domínios onde a fragmentação dos mercados é mais notória, como a energia e a economia digital.

No domínio da livre circulação de mercadorias é preciso tornar mais efetivo o princípio do reconhecimento mútuo (nas áreas em que não existe harmonização) e eliminar a concorrência desleal decorrente de bens que não cumprem as regras europeias, nomeadamente por parte de fabricantes de países terceiros. Neste contexto, os controlos nas fronteiras externas devem ser eficazes e uniformemente executados, pelo que acreditamos que deveriam ser retomados os objetivos definidos no plano plurianual de fiscalização do mercado, incluído na proposta do Pacote de Segurança dos Produtos e Fiscalização do Mercado.

Quanto à livre prestação de serviços, os problemas existentes não decorrem apenas de meras dificuldades administrativas, mas também da falta de harmonização ao nível regulatório. A completa transposição e implementação da Diretiva de Serviços em todos os Estados-membros continua a ser essencial para resolver muitos dos problemas que os prestadores de serviços enfrentam no acesso ao mercado. A par da implementação eficaz do Portal Digital Único e do Cartão Eletrónico Europeu de Serviços, ultrapassando as limitações e deficiências atuais dos Balcões Únicos, o melhor cumprimento da Diretiva Serviços deve ser obtido através de uma política de vigilância e tolerância zero conduzida pela Comissão Europeia.

É preocupante o ressurgimento de tendências protecionistas em alguns Estados-membros, nomeadamente no domínio

4.

Completing the Single Market in all its dimensions

The Single Market is at the core of the European integration process, but it is far from complete.

If its potential is to be fully achieved, remaining barriers to the free movement of goods and the freedom to provide services must be removed, the introduction of national measures hampering its proper functioning must be counteracted, and progresses must be delivered in areas where the fragmentation of markets is more noticeable, such as energy and the digital economy.

In the area of goods, it is necessary to make the principle of mutual recognition more effective (in the area of non-harmonised products) and to eliminate unfair competition from non-compliant products, in particular by manufacturers from third countries. In this context, controls at external borders must be effective and uniformly enforced, and we believe that the objectives set out in the multiannual market surveillance plan included in the package proposal for the product safety and market surveillance, should be resumed.

In the area of services, problems are not only due to mere administrative difficulties, but also to a lack of harmonization at the regulatory level. Full transposition and implementation of the Services Directive in all Member States remains essential to address many of the problems that service providers face in market access.

In addition to the effective implementation of the Single Digital Gateway and of the European Services E-card, surpassing current limitations and shortcomings of the points of Single Contact, better compliance with the Services Directive should be achieved through a zero tolerance and surveillance policy conducted by the European Commission.

We are highly concerned about new protectionist trends in some member states, particularly in the field of road transport, where measures have been introduced that undermine basic principles of the Single Market and hinder

dos transportes rodoviários, onde têm sido levantadas medidas que põem em causa princípios básicos do Mercado Único e penalizam a competitividade das exportações de países periféricos no seu acesso aos mercados europeus.

Além disso, a qualidade da transposição de Diretivas da União Europeia nas ordens jurídicas nacionais deve ser melhor controlada ao nível da EU, de modo a que se possa evitar a fragmentação dos mercados.

É urgente completar um mercado único da energia verdadeiramente integrado e competitivo, através da criação de uma base legislativa comum e de investimentos nas interconexões transfronteiriças de gás e eletricidade. Os progressos nestas duas áreas são fundamentais para:

- garantir a segurança do abastecimento energético e proteger a Europa de choques energéticos externos;
- encorajar o investimento na geração renovável, permitindo o acesso a um mercado mais vasto;
- permitir custos energéticos mais competitivos.

A União Europeia tem um papel importante na coordenação de uma abordagem comum aos desafios da transformação digital e no desenvolvimento de um verdadeiro Mercado Único Digital, que permita enfrentar com sucesso os desafios da globalização e facilite o desenvolvimento deste mercado, tanto do lado da oferta como da procura.

Quanto a um sistema de tributação adequado para a era digital, é essencial que quaisquer propostas nesta área sejam acordadas internacionalmente no quadro da OCDE.

Estamos particularmente preocupados com a proposta de desenvolver um “imposto sobre o volume de negócios”, pelo qual as empresas seriam tributadas sobre as suas vendas e não sobre os seus lucros. Esta proposta violaria o princípio internacional de tributação direta das empresas com base nos seus lucros, princípio que, aliás, se encontra consagrado constitucionalmente em Portugal. Tal imposto poria em causa as perspectivas de crescimento das empresas europeias, especialmente das start-ups que utilizam tecnologias digitais inovadoras, tendo em conta que, antes de conseguirem gerar lucros, têm de desenvolver um significativo de volume de negócios.

the competitiveness of the exports of peripheral countries in their access to European markets.

There is an urgent need to complete a truly integrated and competitive Single Energy Market, with a shared legislative ground and investments in cross-border gas and electricity interconnections.

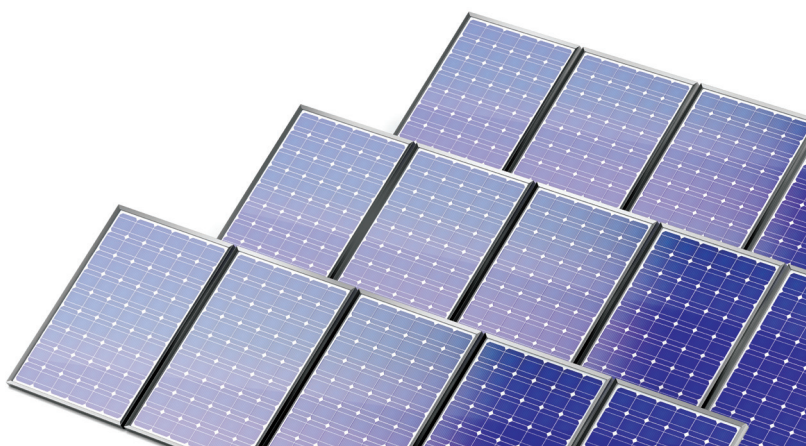
Progress in these two areas is key to:

- ensuring security of energy supply and protecting Europe from external energy shocks;
- encourage renewable generation investment, allowing access to a wider market;
- allowing for more competitive energy costs.

The European Union has an important role to play in coordinating a common approach to the challenges of digital transformation and in the development of a true Digital Single Market, in a way which will permit facing the challenges of globalization and facilitate the development of this market, on both supply and demand.

As for an appropriate taxation system for the digital age, it is essential that any proposals in this area bear international agreement through the OECD.

We are particularly concerned by the proposal to develop a ‘turnover tax’ whereby companies would be taxed on their income rather than profits. This proposal would mean a violation of the international principle of taxing corporate profits, a principle which, moreover, is constitutionally enshrined in Portugal. Such a tax risks undermining the growth prospects for European businesses, especially start-ups using innovative digital technologies, since, they have to develop a significant turnover before reaching profitability.



5.

Avançar com uma política comercial global e ambiciosa

A União Europeia é um ator essencial no desenvolvimento das relações económicas internacionais. A progressão de tendências protecionistas a que temos vindo a assistir trazem consigo uma acrescida responsabilidade para a Europa, mas representam também uma clara oportunidade. É necessário demonstrar que a União Europeia está à altura do desafio, que promove o comércio-livre, e que é uma área segura num contexto geopolítico cada vez mais instável.

A atual Comissão tem como prioridade o comércio e investimento internacional como motor de crescimento e criação de emprego, tendo incluído nos seus programas de trabalho a concretização do seu plano estratégico “Comércio para Todos” (Trade for All), de 2015. A CIP está de acordo com a implementação desta estratégia, e com a concretização dos acordos comerciais em atual negociação (Mercosul, Japão, México, Chile) e com o início de novas negociações (como será o caso dos acordos com a Austrália e a Nova Zelândia). Realçamos a importância do Acordo Económico e Comercial Global entre a UE e o Canadá - um acordo estratégico, abrangente e envolvendo a participação das PME - cuja rápida implementação deverá ser promovida por forma a concretizar as oportunidades de crescimento.

A conclusão do acordo de associação, em particular do acordo de comércio livre entre a UE e o Mercosul, constituirá um marco fundamental no relacionamento económico destes dois grandes blocos regionais. Com efeito, a eliminação de muitas barreiras tarifárias e não-tarifárias, irá permitir que o comércio e o investimento transatlântico se intensifiquem significativamente. As empresas portuguesas registam, com apreço, os progressos significativos realizados nas últimas rondas, designadamente na 30ª que decorreu recentemente em Brasília. A CIP considera essencial que o acordo político entre a União Europeia e o Mercosul seja celebrado até ao final do ano. Assinar este acordo em Buenos Aires, entre 10 e 13 de dezembro, enquanto decorre a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio é, sem dúvida, uma oportunidade a não perder.

5.

Moving forward with a comprehensive and ambitious trade policy

The European Union is a central player in the development of international economic relations. Protectionist trends that are flourishing today bring an increased responsibility for Europe, but also a clear opportunity. There is a need to prove that the European Union is up to the challenge, while promoting free trade and being a safe area in an increasingly unstable geopolitical world.

The present Commission has as its priority the promotion of international trade and investment as a growth and job creation engine, having included the implementation of its strategic plan “Trade for all” in its annual work programmes. CIP welcomes this strategy, along with the celebration of the trade agreements that are being negotiated (Mercosur, Japan, Mexico, Chile) and the ones that are now starting negotiation (Australia and New Zealand). We highlight the importance of the EU-Canada Comprehensive Economic and Trade Agreement – a strategic, far-reaching, SME-involving agreement – the swift implementation of which should be ensured.

The conclusion of the EU-Mercosur Association Agreement, particularly, the free trade agreement will be a key landmark in the economic relationship of these two large regional blocks. The elimination of many tariff and non-tariff barriers, will allow trade and transatlantic investment to intensify significantly. The Portuguese companies note, with marked appreciation, the significant progress made in the last rounds, namely in the 30th round that took place just days ago in Brasilia. CIP deems it essential that the political agreement between the European Union and Mercosul is concluded by the end of the year. Signing this agreement in Buenos Aires between 10 and 13 December, on the occasion of the World Trade Organization Ministerial Conference, is undoubtedly an opportunity not to be missed.

It is necessary to ensure the reinforcement of the relationship with the ACP countries, especially with

É preciso também assegurar o fortalecimento das relações com os países ACP, principalmente com o continente africano. Com o fim do prazo de vigência do Acordo de Cotonou em 2020, é agora o tempo de firmar uma posição para estabelecer um novo paradigma baseado na compreensão do potencial económico contido no continente africano. As empresas chinesas estão a aumentar exponencialmente a sua presença neste território, sendo preciso assegurar que as empresas europeias tenham acesso às mesmas oportunidades, devendo para isso haver empenho na concretização do Plano Europeu de Investimento Externo e, em particular, da garantia FEDS (Fundo Europeu de Desenvolvimento Sustentável).

A participação de empresas europeias no tecido económico destas comunidades deveria determinar a criação de hubs de desenvolvimento local, que não só contribuirão para o crescimento económico, mas também para o desenvolvimento de capacidades profissionais na população (através de programas de educação e formação) que terão um efeito prolongado na prosperidade local.

Por fim, no campo da política comercial da União Europeia, é ainda necessário ter em conta a importância dos Instrumentos de Defesa Comercial (IDCs). Até ao final do ano, será publicado o novo regulamento relativo à revisão das metodologias anti-dumping e anti-subsunção, sendo necessário assegurar que os relatórios da Comissão Europeia sobre países terceiros, designadamente o relativo à China, incluam dados suficientes para a identificação inequívoca de práticas desleais nos vários setores.

Quanto ao processo de modernização dos IDCs, é essencial assegurar que os novos regulamentos determinem uma maior eficácia destes instrumentos, reforçando a defesa da indústria europeia. É importante relembrar que os IDCs da UE são os que, a nível mundial, determinam um menor nível de defesa contra práticas desleais de países terceiros, sendo, portanto, essencial garantir um nivelamento em relação aos principais parceiros comerciais da UE.

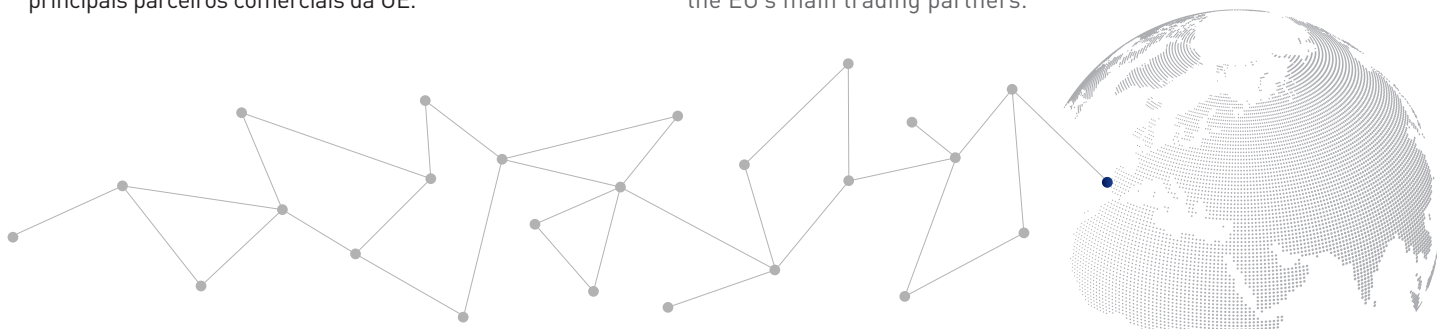
those of the African continent. The Cotonou Agreement will expire in 2020, and it is now time to form a new paradigm based on the understanding of the economic potential contained in this region. Chinese companies are exponentially increasing their presence in Africa. It is necessary to ensure that European companies have access to the same opportunities. For that, there must be a strong commitment in implementing the European External Investment Plan, and, particularly, the European Fund for Sustainable Development guarantee.

The participation of European enterprises in the economic networks of these communities should lead to the creation of local development hubs. These hubs will contribute not only to economic growth but also to the development of professional skills of local population (through education and training programmes) enabling a life-long effect on local prosperity.

Finally, in the context of the European Union's trade policy, it is also necessary to consider the importance of Trade Defense Instruments (TDIs).

The new Regulation on the revision of anti-dumping and anti-subsidy methodologies will be published by the end of the current year, when the European Commission's third country reports are available. It is necessary to ensure that these reports, namely the one concerning China, include sufficient data for the unambiguous identification of unfair practices in all sectors.

As for the modernization process of the TDIs, it is essential to ensure that the new regulations make these tools more effective, strengthening the defense of European industry. It is important to remember that the EU TDIs are the ones that, worldwide, determine the lowest level of protection against unfair practices from third countries, therefore being essential to ensure a level playing field in relation to the EU's main trading partners.



6.

Colocar a competitividade no centro de uma nova estratégia industrial para a Europa

A União Europeia precisa de conceber e implementar uma estratégia industrial baseada na inovação, digitalização e progresso tecnológico. Uma estratégia capaz de, partindo da sua atual base industrial, assegurar condições para que se adapte e aproveite as oportunidades que surgem dos novos desenvolvimentos.

Esta estratégia deverá focar-se na criação de um ambiente atrativo para a competitividade e a inovação empresarial, libertando-se do peso de regulamentação desnecessária e demasiado onerosa, dos elevados preços da energia e de outros fatores que tornam excessivos os custos da atividade industrial na Europa, especialmente para as PME.

Na sua Comunicação sobre Uma Estratégia de Política Industrial renovada da EU, de 13 de setembro de 2017 a Comissão Europeia reconheceu a importância de desenvolver uma estratégia industrial europeia integrada e moderna.

Contudo, esta estratégia deve ir mais além de um somatório de iniciativas parcelares. Deve colocar a competitividade industrial como preocupação transversal em todas as políticas europeias, nomeadamente energética e ambiental.

Deverá também ser definido com urgência um caminho estruturado a seguir e deve ser assegurado que a Mesa Redonda Industrial de alto nível, proposta nesta comunicação, seja criada de maneira efetiva para consolidar a governação e apoiar essa orientação.

Na linha da visão da BusinessEurope sobre uma estratégia industrial renovada para a União Europeia, a CIP defende um maior foco na competitividade industrial, nomeadamente em matérias como:

6.

Putting competitiveness at the heart of a new industrial strategy for Europe

The European Union needs to design and implement an industrial strategy based on innovation, digitization and technological progress.

Starting from its current industrial base, this strategy must ensure the right conditions for business to adapt and seize the opportunities arising from new developments.

This strategy should focus on creating an attractive environment for competitiveness and business innovation, eliminating unnecessary and overly expensive regulation, reducing high energy prices and addressing other factors which make the costs of industrial activity excessively high, especially for SMEs.

In its Communication on a renewed EU Industrial Policy Strategy, of 13 September 2017, the European Commission recognized the importance of developing an integrated and modern European industrial strategy.

However, this strategy must go beyond a sum of piecemeal initiatives. It should systematically mainstream industrial competitiveness concerns across all EU policy areas, including energy and the environment.

We must also define with urgency a structured way forward and we must ensure the High Level Industrial Roundtable, proposed in this communication, is set up in an effective way so that it can consolidate governance and support this mainstreaming.

CIP advocates a greater focus on industrial competitiveness, particularly in areas such as:



Custos regulatórios

A agenda da Comissão Europeia para uma melhor regulação deve ser prosseguida com ambição e rigor.

A avaliação de impacto das novas propostas legislativas tem de ser melhorada. Não se pode transformar num mero procedimento burocrático. Os testes de competitividade, incluindo o teste PME, devem tornar-se parte integral da avaliação de impacto ex-ante de todas as iniciativas políticas e propostas legislativas, tanto ao nível europeu como ao nível nacional, tendo em conta os efeitos cumulativos das diferentes regras.

A redução dos encargos administrativos deve ser prosseguida através de avaliações ex-post sistemáticas da legislação europeia, baseadas em metodologias claras, para identificar encargos excessivos, inconsistências e regras obsoletas ou ineficazes. Em particular, são precisos mais esforços para tornar o REACH praticável e proporcionado.

Energia

O impacto da política energética na competitividade industrial deve ser tido em conta, uma vez que o valor acrescentado da indústria é e continuará a ser muito dependente da capacidade de acesso à energia a custos competitivos. No entanto, os preços da energia para o consumidor industrial na UE são mais do dobro dos praticados nos EUA.

Para obter custos energéticos mais competitivos é fundamental reduzir progressivamente as taxas e impostos que elevam os preços para os consumidores industriais e modernizar as infraestruturas energéticas para estabelecer um mercado integrado de energia.

A reforma do regime de comércio de licenças de emissão da UE pós-2020 deverá incluir uma melhor proteção contra a fuga de carbono nos setores mais vulneráveis e estabelecer este regime como o principal instrumento para a descarbonização da indústria.

Regulatory costs

The Better Regulation agenda of the European Commission must be pursued ambitiously and rigorously.

The impact assessment of new legislative proposals needs to be improved. It cannot become a mere bureaucratic procedure. Competitiveness proofing, including SME tests, should become an integral part of the ex-ante impact assessment of all policy initiatives and legislative proposals, both at a European level and at a national level, taking into account the cumulative effects of different rules.

The reduction of administrative burdens should be pursued through systematic ex-post evaluations of European legislation, based on clear methodologies, to identify excessive burdens, inconsistencies and obsolete or ineffective rules. In particular, more efforts are needed to make REACH feasible and proportionate.

Energy

The impact of energy policy on industrial competitiveness must be taken into account, since the added value of industry is and will continue to be, heavily dependent on the capacity of accessing energy at a competitive cost. Yet, energy prices for industrial consumers in the EU are more than twice as high as in the USA.

To achieve more competitive energy costs, it is essential to phase out levies and taxes driving up energy prices for industrial consumers as well as to modernize energy infrastructure to establish an integrated energy market.

The reform of the post-2020 EU emissions trading system should include better protection against carbon leakage in the most vulnerable sectors and establish this system as the main instrument for the decarbonisation of industry.

Inovação, Investigação e Desenvolvimento

Importa assegurar o equilíbrio na alocação de fundos do Horizonte 2020 por todo o ecossistema de inovação, investigação e desenvolvimento, procurando uma maior participação das empresas, e em particular as PME, através da melhoria dos incentivos à sua participação em plataformas europeias de inovação e clusters.

Adotar um conceito mais abrangente de inovação, tendo em conta a importância da inovação incremental, nas suas diversas formas e implementar o “princípio da inovação”, segundo o qual sempre que as instituições da UE considerem propostas políticas ou regulatórias, o impacto na inovação deve ser totalmente avaliado e abordado. Os decisores políticos devem abster-se de regular excessivamente as novas tecnologias, sob pena de pôr em causa a criação de emprego gerada por empresas inovadoras.

Economia circular

Para que a indústria europeia tenha as suas atividades cada vez mais alicerçadas na economia circular é necessário que haja maior partilha de boas práticas e difusão das melhores técnicas disponíveis, nomeadamente para a incorporação de matérias residuais nos produtos.

É também necessário um mercado único funcional para matérias-primas secundárias, com legislação europeia harmonizada.

Digitalização

A economia digital é uma componente fundamental da competitividade industrial, que diz respeito transversalmente a todos os setores.

As qualificações, o desenvolvimento das infraestruturas digitais e a fragmentação do mercado de consumo são questões-chave que exigem respostas ao nível nacional e europeu.

É necessário desenvolver plataformas de digitalização nacionais e assegurar a sua coordenação através de uma rede europeia.

Innovation and R&D

It is important to secure a balanced allocation of Horizon 2020 funds over the whole ecosystem of innovation and R&D, by seeking greater involvement of businesses, and in particular SMEs, through better incentives for their participation in European innovation platforms and clusters.

A wider concept of innovation should be adopted, considering the importance of incremental innovation in its various forms. The implementation of the ‘innovation principle’ should be speeded up, by ensuring that whenever EU institutions consider policy or regulatory proposals, impact on innovation should be fully assessed and addressed.

Policy-makers must refrain from over-regulating new technologies, otherwise the creation of jobs generated by innovative companies will be jeopardized.

Circular economy

In order to make European industry activities increasingly based on the circular economy, there is a need for greater good practice sharing and dissemination of best available techniques, in particular for the incorporation of waste materials into products.

There is also the need for a well-functioning internal market for secondary raw materials, under harmonised European legislation.

Digitalisation

The digital economy is a key component of industrial competitiveness, across all sectors.

Qualifications, the development of digital infrastructures and the fragmentation of the consumer market, are key issues that require a response at national and European level.

It is necessary to develop national digitization platforms and ensure their coordination through a European network.

Deverá ser assegurada a livre circulação de dados em toda a UE.

Um novo regulamento sobre Privacidade e Comunicações Eletrónica deverá ser ponderado cuidadosamente para não duplicar ou contradizer o Regulamento da Proteção de Dados e, sobretudo, para não se tornar um fator dissuasor adicional para a atividade corrente das PME.

Relativamente à abordagem comum para a cibersegurança, deverá ser encontrado um equilíbrio adequado entre a garantia de um elevado nível de segurança e os custos para as empresas daí decorrentes.

Qualificações

São críticos os esforços para melhorar a oferta de recursos humanos devidamente qualificados face às necessidades das empresas.

É necessário ter em consideração setores com escassez de competências no desenho dos planos de antecipação de competências e acelerar a adaptação dos currículos educativos e da formação profissional às necessidades do mercado.

O Semestre Europeu deverá integrar a avaliação comparativa das políticas nacionais de educação e formação e dar prioridade, nas recomendações específicas por país, aos esforços no sentido de colmatar os défices de qualificações dos ativos.

Financiamento e Investimentos

É necessário assegurar que todos os instrumentos da União Europeia relacionados com o investimento, como o Fundo Europeu para os Investimentos Estratégicos, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e o futuro Programa-Quadro de Investigação, são acessíveis a empresas de todas as dimensões e canalizados para a economia real.

The free flow of data across the EU should be secured.

The new Regulation on ePrivacy must be carefully discussed, so that it does not duplicate or contradict the General Data Protection Regulation and above all, does not become an additional deterrent to the current activity of SMEs.

With regard to the common approach to cybersecurity, workable solutions must be found, striking the right balance between ensuring high levels of security and costs for companies.

Skills

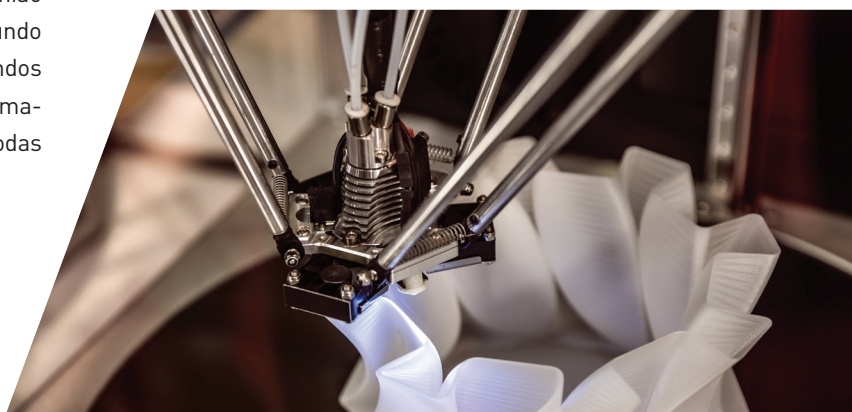
Efforts to improve the supply of duly qualified human resources for the needs of enterprises are crucial.

It is necessary to take into account those sectors with skills shortages, when designing the skills anticipation plans, and to accelerate the adaptation of educational and vocational training curricula to changing needs of the labour market.

The European Semester should integrate benchmarking skills policies and, in the country-specific recommendations, give priority to efforts to address deficits in workforce qualification.

Finance and investment

All investment-related EU instruments, such as the European Fund for Strategic Investments, the European Structural and Investment Funds and the future Research Framework Program, must be open for companies of all sizes and directed to the real economy.



7.

7.

Vencer o desafio do Brexit

Winning the Brexit challenge

O Reino Unido é um dos principais parceiros de Portugal. Atualmente, cerca de 15% das exportações totais de serviços portugueses têm como destino este país e no comércio de bens, o Reino Unido representa cerca de 7% do total das nossas exportações, sendo Portugal, em 2015, o quarto país da União Europeia com maior peso do Reino Unido como cliente.

The UK is one of Portugal's main trade partners. Currently, about 15% of our total exports of services are destined for this country and, in goods, the United Kingdom accounts for about 7% of our total exports. In 2015, Portugal was the fourth EU country with the greatest weight of the United Kingdom as a customer.

Para as empresas portuguesas o objetivo é manter as relações económicas entre a União Europeia e o Reino Unido tão próximas quanto possível. O atual clima de incerteza determinado pelo atraso nas negociações tem um impacto significativamente negativo para todas as empresas, designadamente as que mantêm atualmente relações com o Reino Unido, direta ou indiretamente, através da participação em cadeias de valor globais.

For Portuguese companies, the objective is to keep economic relations between the EU and the United Kingdom as close as possible. The current climate of uncertainty caused by the delay in negotiations has a significant negative impact on all companies, particularly those that currently maintain relations with the UK, directly or indirectly, through the participation in global value chains.



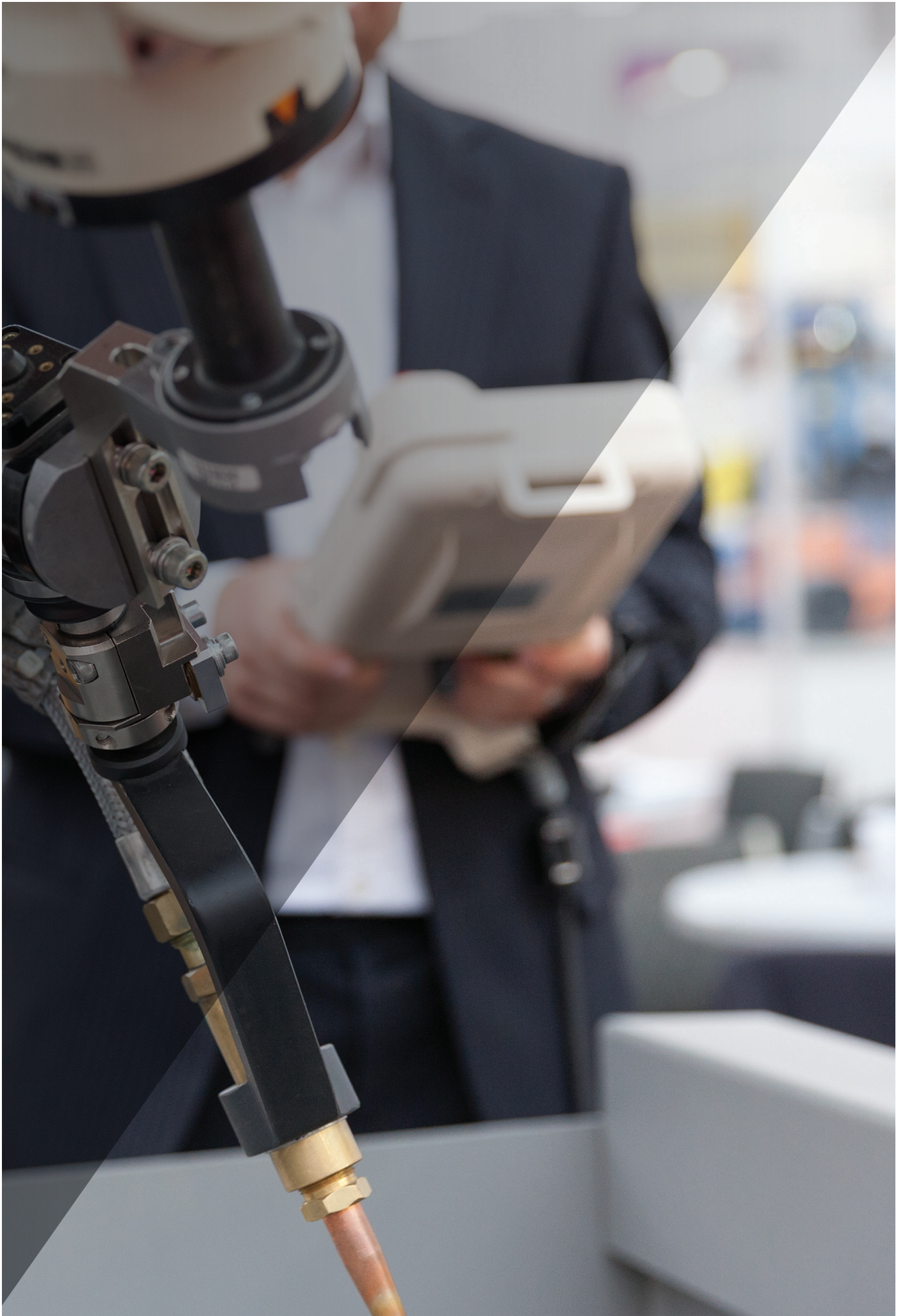
BREXIT



É essencial começar, o mais depressa possível, as negociações sobre o futuro relacionamento entre o Reino Unido e a UE, incluindo o estabelecimento de um período de transição, durante o qual o Reino Unido deveria manter-se na união aduaneira e no mercado único, com todos os direitos e obrigações daí decorrentes. O mercado único europeu constitui, para nós, um dos pilares essenciais da União Europeia e, como tal, é necessário assegurar uma saída ordeira do Reino Unido que não afete a sua integridade e bom funcionamento. Quanto ao futuro relacionamento, as negociações deverão visar uma relação tão próxima quanto possível, respeitar o princípio da reciprocidade e assegurar a manutenção de condições leais de concorrência.

It is essential to start negotiations as soon as possible on the future relationship between the UK and the EU, including the establishment of a transitional period during which the UK should remain in the customs union and the single market, with all rights and obligations arising thereof. For us, the European single market is one of the essential pillars of the European Union and, as such, it is necessary to ensure an orderly exit of the United Kingdom that does not affect its integrity and smooth functioning. As far as the future relationship is concerned, negotiations should aim at the closest possible relationship, respect the principle of reciprocity and ensure conditions of fair competition.







CIP Lisboa

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
+351 213164700 | +351 213579986
www.cip.org.pt
geral@cip.org.pt

CIP Porto

Av. Dr. António Macedo
4450-617 Leça da Palmeira
+351 226007083 | +351 226062010
associados@cip.org.pt

CIP Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168, 6^{ème} étage
1000 Bruxelas - Bélgica
+32 27325257
cipbrussels@cip.org.pt



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL